

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA  
COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA MUNICIPAL - DTP/SMTC  
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Decisão nº 40 / 2021 CMRI

Porto Alegre, 13 de abril de 2021.

**Recurso nº** 003742-21-11

**Recorrente:** Sigiloso

**Órgão Requerido:** Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DMLU

**Relator:** Divisão de Gestão Documental - Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio - SMAP

## 1. Relatório

### 1.1 Resumo do pedido original

O requerente solicita os dados sobre a quantidade de materiais recicláveis coletados pelo DMLU entre os anos de 2016 e 2020 inclusive.

### 1.2 Razões do órgão/entidade requerida

Como resposta, em um primeiro momento, o órgão informou sobre o descarte irregular de Resíduos Sólidos Urbanos, discriminando a incidência dos focos crônicos, separados por bairro onde esses Resíduos são coletados, além da frequência diária dessa coleta.

No período de reexame, o requerente ponderou que não fora essa a natureza do seu questionamento. Repetiu a pergunta inicial e acrescentou a solicitação, se possível, da discriminação dos tipos de materiais coletados e processados e suas respectivas quantidades, pelas 16 unidades de triagem da cidade de Porto Alegre. O Departamento então, no dia seguinte, anexou um arquivo (extensão .png) como resposta ao reexame. Também como resposta, as informações constantes no arquivo .png foram transcritas textualmente.

### 1.3 Razões do recorrente

No recurso a esta CMRI, o requerente alega que não está conseguindo realizar o download (baixar o arquivo), solicitando que substitua por um outro formato (extensão), .csv.

## 2. Análise de admissibilidade do recurso

O recurso foi interposto dentro do prazo legal. O requerente é parte legítima para recorrer e solicitar o reexame da matéria.

## 3. Análise do mérito

O presente processo SEI nº 21.0.000031807-5 trata do questionamento sobre a quantidade de

materiais recicláveis coletados pelo DMLU durante o período dos últimos 5 (cinco) anos, entre 2016 e 2020.

Considerando a solicitação do requerente, esta Comissão analisou o expediente, não sendo detectada informação ou impedimento previstos, seja na Lei de Acesso à Informação (Lei Federal 12.527/2011), seja no Decreto Municipal 19.990/2018.

De fato, a primeira resposta do DMLU não atendeu à demanda solicitada, correção feita após o pedido de reexame. Porém, o requerente alega problemas para acessar o arquivo que contém as informações solicitadas. Com relação às informações transcritas na outra resposta encaminhada após o pedido de reexame, o trecho do texto onde expõe as quantidades coletadas discriminadas por tipo de material não ficou clara, por questões de formatação do texto a partir do arquivo .png.

Importante ressaltar que, segundo o DMLU, os dados referentes à totalização por tipo de material referentes ao ano de 2020 ainda não foram consolidados.

Dessa forma, esta Comissão entende que a demanda solicitada não foi atendida no que se refere ao formato do arquivo. Assim, entendemos que o órgão deva disponibilizar estas informações de forma ativa, junto ao site institucional, bem como prestar o reenvio da informação, obrigatoriamente com o uso de formato aberto, com a extensão .csv, com base no Decreto Municipal nº 20.315/2019, Art. 4º, inciso III.

#### 4. Decisão

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade dos presentes, decide por dar provimento ao recurso.

#### 5. Providências

À Secretaria-Executiva da CMRI para cientificação do recorrente e do órgão requerido, da presente Decisão.

De acordo:

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**  
Divisão de Gestão Documental

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – **SMTC**

Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política - **SMGOV**

Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - **PROCEMPA**

Gabinete do Prefeito – **GP**

**Recurso CMRI nº 003742-21-11**



Documento assinado eletronicamente por **Camila Lacerda Couto, Técnico Responsável**, em 13/04/2021, às 14:41, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Reda Eloy, Técnico Responsável**, em 13/04/2021, às 14:41, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Garcia Brock, Técnico Responsável**, em 13/04/2021, às 14:41, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Heleno Baptista Franken, Técnico Responsável**, em 13/04/2021, às 14:41, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Mateus Viegas Schonhofen, Técnico Responsável**, em 13/04/2021, às 14:41, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor Público**, em 13/04/2021, às 14:41, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **13652827** e o código CRC **D6A30D84**.

---